



ATA Nº 022/2021

Aos 17 (dezesete) dias do mês de setembro de 2021, às 14h, realizou-se assembleia geral virtual da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT). Os trabalhos foram coordenados pelo presidente Paulo Kohlrausch, tendo como convidado o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gabriel Souza, que apresentou nova proposta de regionalização do saneamento básico. Participaram os prefeitos, e/ou seus representantes, dos municípios de Santa Clara do Sul, Teutônia, Estrela, Marques de Souza, Arroio do Meio, Fazenda Vilanova, Progresso, Encantado, Sério, Paverama, Venâncio Aires, Bom Retiro do Sul, Colinas, Anta Gorda e Canudos do Vale. Também acompanharam a reunião a presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Taquari-Antas, Adelaide Juvena Kegler Ramos e a secretária executiva do comitê, Maria do Carmo Quissini. O presidente iniciou a assembleia saudando a todos e explicou a sistemática dos trabalhos. Num primeiro momento, o assessor jurídico da Amvat e membro do Comitê Científico Regional, Juliano Heisler, falou sobre alterações nos protocolos da pandemia, quanto a restaurantes e eventos. Em relação a restaurantes e afins, o Comitê entendeu ser possível aumentar de 40%, como determinam os protocolos do Estado, para 60% a ocupação das mesas, também alterando a forma de servir dos buffets, permitindo que as pessoas possam servir-se. Quanto aos eventos, segundo ele, houve uma discussão um pouco maior entre os membros do Comitê, que ao final, ao invés de 8 pessoas por metro quadrado, permite lotação equivalente a 50% do PPCI do estabelecimento. As duas propostas foram colocadas em discussão e aprovadas por unanimidade pelos prefeitos, devendo posteriormente ser enviadas à apreciação do Gabinete de Crise do Governo do Estado. O prefeito de Estrela, Elmar Schneider, acompanhou a reunião junto com o secretário de Turismo do RS, Ronaldo Santini, que mais uma vez está prestigiando o Vale do Taquari, pois vai participar de evento em Estrela. Santini agradeceu a oportunidade de poder se dirigir aos prefeitos da região. O presidente Paulo Kohlrausch aproveitou a presença do secretário e convidou a todos os colegas para no dia 22, às 18h, participarem do lançamento do guia dos produtos turísticos do Vale do Taquari, em Bom Retiro do Sul. Na continuidade da assembleia o presidente Paulo Kohlrausch convidou o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gabriel Souza, para apresentar a nova proposta de regionalização. Ele iniciou sua fala frisando que este é um tema que desafia a todos. Informou que o Governo do Estado retirou a urgência dos projetos (210) que criava bloco único para todos os municípios da Corsan. Este projeto, segundo ele, trancava a pauta. Observou que quem é titular do saneamento no Brasil são os municípios, os quais têm que ter protagonismo, o que não estava acontecendo. “O Governo acertadamente retirou a urgência, haverá mais tempo para decidir, mas não pode demorar muito, pois se o Estado não tiver uma legislação própria, a União poderá fazer a legislação”, avisou. Informou que foi formado um grupo trabalho constituído pela Federação das Associações de Municípios (prefeitos e um representante da entidade),



Assembleia Legislativa, Fórum das Bacias Hidrográficas e Governo do Estado, para tratar deste tema. As bacias estavam fora do processo e querem que participem, pois são 25 bacias hidrográficas que têm compartilhamento dos mananciais. O grupo de trabalho é presidido pelo parlamentar. Conforme Gabriel Souza, já houve a primeira reunião, quando foi consolidada a participação das bacias. Observou, por outro lado, que os municípios que não são cliente da Corsan poderão ter uma situação difícil para a frente e que é necessário aderir à regionalização, pois caso contrário o município não poderá buscar dinheiro no governo federal para financiamentos. Em relação ao projeto apresentado pelo Governo, disse que outro problema é a divisão do Estado em três blocos. “Caxias do Sul, por exemplo, não quer aderir, pois tem autarquia e já tem 80% de saneamento. Fica difícil fazer assim, porque só sobrarão municípios pequenos, que terão tarifa muito elevada”, comentou. Para os que mantêm contrato com a Corsan, disse que terão que fazer aditivo até março do ano que vem, explicando que é uma atualização do contrato atual, de acordo com o novo Marco Regulatório do Saneamento. “Diz a lei federal que o prazo é 2022 para que este aditivo seja feito, para que a companhia possa cumprir as metas do Marco Regulatório. Neste caso, pouco importa se é pública ou privada. Os municípios têm que ter a garantia de que o prestador de serviços vai cumprir os contratos. Para quem não é cliente Corsan, vai ter uma licitação regional para atender todos os municípios. É muito importante para os prefeitos se atentarem para este assunto nos próximos meses, pois tem a ver com meio ambiente, saúde pública e desenvolvimento econômico. Haverá muito investimento em saneamento”, frisou Souza. Conforme ele, o Marco Regulatório tem um novo arcabouço de lei sobre saneamento. Sobre o grupo de trabalho formado pela Assembleia, informou que a próxima reunião será dia 27 e a ideia é apresentar uma nova proposta para o Governo, que já apresentou a sua. Encerrada a fala inicial do presidente da AI, o presidente Paulo Kohlrausch observou que uma questão lhe chamou atenção quando Souza participou da assembleia da Famurs: que o novo Marco do Saneamento Básico foi votado no ano passado e nós (prefeitos) não ficamos sabendo isto. “Grande parte dos prefeitos sequer ficou sabendo desta votação. Ou seja, esta ideia de fixar até 2033 para investir em saneamento básico, sabendo os valores astronômicos para investir nesta área, demonstra que devemos ter, sim, a preocupação em participar destes debates e nos preocupar com o que está acontecendo”, alertou. Na continuidade houve manifestação da secretária executiva do Comitê Taquari-Antas. Maria do Carmo Quissini inicialmente agradeceu o convite, ressaltando ser importante o Comitê participar desta discussão, pois envolve 120 municípios. Disse ser oportuno também o Fórum Gaúcho de Comitês se integrar ao grupo de trabalho. Para exemplificar citou que na parte alta da bacia tem o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (Samae), de Caxias do Sul, que não vê necessidade de aderir à regionalização. Diante disso é preciso, segundo ela, analisar o prejuízo que traz para o conjunto dos municípios. “Isto tem que ser discutido”, afirmou. De acordo com a secretária, o maior problema da bacia é a matéria orgânica,



tanto urbana quanto rural. “São mais de 500 quilômetros de rios. Temos todo o interesse em participar da discussão, buscar alternativas. Nossa disposição é estarmos juntos, tanto na Amvat quanto na Assembleia, onde agora já estamos participando”, declarou. O presidente, então, colocou a palavra à disposição dos demais participantes, alertando que é preciso ter uma ideia do investimento que será necessário em cada um dos municípios. “Não podemos esperar que chegue em 2032 e seja prorrogado por mais dez anos. O que eu tenho intenção de fazer é saber qual o valor do investimento e como pode ser feito em meu município. Estou provocando isto porque sei que tem mais dúvidas a respeito disto”, comentou. Em seguida, questionou o presidente da AL sobre qual a perspectiva de discussão até a construção de um novo projeto a ser votado. Gabriel Souza disse não conseguir dar, no momento, um prazo fixo, mas acredita que uma estimativa, tendo em vista os debates já realizados. “Entendo perfeitamente as dificuldades dos prefeitos, pois este é um tema técnico, denso. Tenho impressão que muitos já estão entendendo o que tem que ser feito. Caxias do Sul, por exemplo, tem 80% de saneamento. Se fossem prefeito de lá, iriam aderir? Esta é uma verdade. Ao mesmo tempo tem a questão das bacias hidrográficas, que já avançamos, com tarefa deliberatória. No que tange às bacias, tivemos avanço. Por fim, temos prazos que a lei federal dá: até 31 de março de 2022 os prefeitos têm que aditar os contratos se tiverem algum prestador de serviço (Corsan). No aditivo será um novo instrumento, contrato de concessão. Quem não tem contrato em vigência vai ter que licitar. Quanto mais municípios na licitação, mais atrativo para os prestadores de serviços”, falou. Gabriel Souza voltou a salientar que se a Assembleia Legislativa não legislar, a União poderá legislar sobre o tema. Por fim, disse acreditar que em 30 ou 40 dias poderão chegar a um bom termo, pois entende que, se não ocorrer nada, o Governo poderá pedir urgência de novo no projeto. Kohlrausch voltou a questionar sobre a não adesão e impossibilidade de obter financiamentos públicos, ao que o presidente da AL reiterou que é uma regra federal, que não há como ser modificada por aqui. Isto, segundo ele, faz com que a possibilidade de cumprir as metas do Marco Regulatório fique bastante complicada. “Pode (o município) conseguir na iniciativa privada, mas não público. Os municípios pequenos, que acho que é o perfil da maioria do Vale do Taquari, têm menos atratividade para uma empresa privada se aventurar no mercado. Estes, acredito, terão que estar no bloco para atrair os investimentos”, ponderou. Já o prefeito de Sério observou estar com dificuldade de compreender estas novas regras, como vai funcionar. Disse que em Sério tem pouco mais 380 famílias atendidas pelo município e algumas por associações no interior, e que na cidade tem inclusive dificuldade em encontrar água (poços). “Temos apenas um poço, onde captamos e distribuimos no centro e duas localidades do interior, para evitar eventual falta de água”. Souza comentou que, se a taxa hoje em Sério é R\$ 5,00 o metro cúbico, o desafio do prefeito será manter esta tarifa depois de licitado, junto com outros municípios. “Acho que, em tese, município pequeno que não tiver terceirizada, vai preferir aderir a um grande bloco, delegando competências para



este bloco fazer a licitação, para esta unidade (interfederativa), onde serão tomadas as decisões. A Unidade interfederativa é o órgão gestor, a estrutura de governança de cada uma das unidades regionais. A lei diz quais serão as tarefas dela, entre outras aprovar o Plano Regional de Saneamento. Quem vai administrar teu serviço de saneamento será uma empresa a ser licitada nesta unidade, que vai estar associada a vários municípios, para baratear a tarifa. Quanto mais municípios, mais barata será a tarifa. Hoje, não tem esgoto cloacal, o que vai começar. Para baratear a tarifa, tem que ter muito consumidor ligado à rede”, explicou. Não havendo mais questionamentos ao presidente da Assembleia Legislativa, o presidente Paulo Kohlrausch agradeceu sua participação. E os esclarecimentos sobre o tema. “Temos que seguir conversando. Tenho certeza que há 15 dias as dúvidas eram maiores, hoje não são tantas. Vamos caminhando e esclarecendo as dúvidas. Acho que conversando vamos nos entendendo e protegendo em especial o cidadão, que não pode pagar uma tarifa por um serviço que é essencial, assim como o protagonismo dos municípios. Estou sempre à disposição dos prefeitos e dos municípios do Vale do Taquari”, falou Souza, despedindo-se. O presidente, para dar encaminhamento final, sugeriu que prefeitos deleguem para suas assessorias jurídicas para que busquem informações sobre o que está acontecendo, assim como Departamento do Meio Ambiente, buscando informações e entendimento sobre todo este processo. Agradeceu a Maria do Carmo a participação, assim como a presidente do Comitê. Antes de encerrar, solicitou se algum prefeito gostaria de indicar representante para compor o Conselho dos Dirigentes de Turismo da Famurs, por solicitação da Federação. Um dos nomes indicados foi a responsável pela área de Turismo de Santa Clara do Sul, devendo o outro representante ser consultado com os demais municípios. Assim, sendo estes o assuntos da pauta e não havendo mais manifestações, o presidente encerrou os trabalhos e, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

Paulo Cezar Kohlrausch
Presidente da AMVAT